

ANÁLISE DE PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL
Parecer Único URFbio-NOROESTE/IEF Nº 001/2020

1 – DADOS DOS PROCESSOS E EMPREENDIMENTO

Tipo de Processo / Número do Instrumento	(x) Licenciamento Ambiental	0104/1988/047/2009 - LP - 024/2010 0004/1979/037/2012 - LP - 019/2013 0004/1979/039/2014 - LP - 034/2014 0004/1979/027/2007 - LO-108/2008
Empreendedor	Votorantim Metais Zinco S.A	
CNPJ / CPF	42.416.651/0014-21 / 42.416.651/0010-06	
Empreendimento	- Lavra a céu aberto e subterrânea em áreas cársticas com tratamento úmido – minério de zinco - Unidade de tratamento de minerais – UTM - Obras de Infra-estruturas (pátio de produtos)	
Localização	As minerações localizam-se na região Noroeste do Estado de Minas Gerais, respectivamente nos municípios de Paracatu e Vazante.	
Bacia	Bacia do Rio São Francisco	
Sub-bacia	Sub-bacia do Rio Paracatu	

2 – ANÁLISE TÉCNICA

2.1 - Introdução

O presente instrumento visa **REVISAR** o Parecer 002/2019 que foi submetido à apreciação da CPB na 37ª reunião ordinária ocorrida em 25/09/2019. Na ocasião o parecer único concluiu que embora a área ofertada para criação de unidade de conservação (Fazenda Santa Cecília/ João Pinheiro) atendesse aos requisitos dispostos na Portaria IEF nº 27/2017, o tamanho e características da área proposta não atendiam as exigências para a criação de uma unidade de conservação. Os representantes da FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais) e SINDIEXTRA(Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais), pediram vistas do processo. Assim o processo voltou a ser colocado em pauta na 38ª reunião ordinária da CPB em 23/10/2019 onde foi deliberada a baixa em diligência pela presidência da câmara.

Assim atendendo ao prazo estipulado de 90 dias a NEXA recursos minerais S.A (Votorantim Metais Zinco S.A) elaborou novo projeto executivo de compensação minerária, apresentando medidas de implantação e manutenção para o MONA Lapa Nova de Vazante.

2.2 – Identificação empreendimento

Empreendedor: Unidade de Vazante		
Nome/Razão social: Nexa Recursos Minerais S.A (antiga Votorantim Metais Zinco S.A)		
CNPJ: 42.416.651/0010-06	Inscrição estadual: 367219883.06-05	
Endereço: Rodovia LMG 706	Nº Km 65	
Município: Vazante	Bairro: Zona rural	
CEP: 38.780-000	UF: MG	Telefone: (34) 3813-9010
e-mail: luiz.silva.ls2@nexaresources.com		

Empreendedor: Unidade Morro Agudo / Ambrósia		
Nome/Razão social: Nexa Recursos Minerais S.A (antiga Votorantim Metais Zinco S.A)		
CNPJ: 42.416.651/0014-21		Inscrição estadual: 367219883.10-24
Endereço: BR 040 63,5 + 15Km direção sul		
Município: Paracatu		Bairro: Zona rural
CEP: 38.600-000	UF: MG	Telefone: (38) 3679-8702
e-mail: andre.araujo@nexaresources.com		

2.3 - Processos

Nº do Processo	Empreendedor	Empreendimento	Fase do licenciamento	Condição ante
0104/1988/047/2009	Votorantim Metais Zinco S.A	Vazante – Extremo norte	LP -024/2010	10
0004/1979/037/2012	Votorantim Metais Zinco S.A	Ambrósia norte	LP -019/2013	02
0004/1979/039/2014	Votorantim Metais Zinco S.A	Ambrósia sul	LP -034/2014	05
0004/1979/027/2007	Votorantim Metais Zinco S.A	Morro agudo	LO-108/2008	06

Todos os processos referem-se a mineração de zinco, localizam-se na mesma sub bacia hidrográfica do Rio Paracatu.

3.0 – Intervenção Ambiental.

Na tabela abaixo apresenta-se a área de intervenção ambiental que são objetos de compensação florestal minerária.

3.1 – Caracterização ambiental da área intervinda pela unidade Vazante – Extremo norte:

Uso do solo	Área(ha)
Floresta ciliar secundaria	0,05
Pasto com remanescentes arbóreos	6,26
Pastagem em regeneração	1,31
Áreas de mineração e estruturas associadas	23,51
Regeneração em mineração	1,27
TOTAL	32,4

3.2 – Caracterização ambiental da área intervinda pela unidade Morro agudo:

Uso do solo	Área(ha)
Regeneração (capoeira)	5,00
Mata Ciliar	2,33
Cerrado	4,86
Campo cerrado	4,45
Pastagem	38,28
Lavoura	4,19
TOTAL	68,05

3.3 – Caracterização ambiental da área intervinda pela unidade Ambrósia Norte:

Uso do solo	Área(ha)
Cerrado	8,3
TOTAL	8,3

3.4 – Caracterização ambiental da área intervinda pela unidade Ambrósia Sul:

Uso do solo	Área(ha)
Cerrado	9,3478
TOTAL	9,3478

Empreendimento	Licença	Processo	Área de intervenção a ser compensada.(ha)
Morro agudo	LO nº108/2008	00004/1979/027/2007	68,05
Vazante– Extremo norte	LP nº 024/2010	00104/1988/047/2009	32,4
Ambrósia norte	LP nº 019/2013	00004/1979/037/2012	8,3
Ambrósia sul	LP nº 034/2014	00004/1979/039/2014	9,3478
TOTAL			118,0978

4. 0 – Compensação:

A nova proposta de compensação florestal minerária considera as possibilidades de implantação e manutenção da unidade de conservação, onde será aplicado o recurso referente à compensação calculado nos termos da portaria 27/2017 para a aquisição de parte da UC, que representa quase a totalidade da área necessária para implantação do Plano de Manejo já aprovado, bem como aplicação do recurso remanecente em demais medidas de implantação e manutenção.

Assim os quatro processos em análise somam uma área de 118,0978 ha que sofreram intervenção, e serão apreciados de forma conjunta a fim de buscar a melhor aplicação dos recursos oriundos da obrigação de compensar.

Para determinação do valor a ser aplicado na compensação florestal dos quatro processos, considerou a metodologia apresentada no anexo II da Portaria IEF nº 027/2017, correspondente ao termo de referência para elaboração de projeto executivo de compensação florestal de empreendimento a que se refere o § 2º da Lei Estadual nº 20.922/2013.

Segundo a determinação da legislação o custo total de implantação não deverá ser inferior ao custo de recuperação da área de intervenção, sendo que este deverá ser compatível com a fitofisionomia originalmente existente.

Assim, considerando que as fitofisionomias suprimidas pelos empreendimentos foram as florestais e de cerrado, tem-se:

118,0978 (área de intervenção) x 7.364,74 UFEMG's (custo de recuperação /ha de fitofisionomia florestal e de cerrado) = 869759,59 (Oitocentas e sessenta e nove mil setecentos e cinquenta e nove UFEMG's e cinquenta e nove frações.

Sendo o valor da UFEMG para o ano de 2020 fixado pela resolução SEF nº 5.320/2019 de R\$ 3,7116 (Três reais sete mil, cento dezesseis décimos de milésimos)

O valor total da compensação: **R\$ 3.228.199,70** (Três milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e noventa e nove reais e setenta centavos), valor este que deverá ser utilizado com a finalidade de adquirir parte da área e executar medidas de implantação e manutenção.

5.0 - Aplicação do recurso:

Considerando que o Mona Lapa Nova de Vazante localiza-se na mesma bacia hidrográfica do empreendimento;

Considerando que a UC apresenta Plano de Manejo aprovado (2018) indicando a necessidade de regularização fundiária;

Considerando que a UC esta situada em área cárstica, com presença de grutas e com fitofisionomia peculiar como matas secas;

Considerando que a UC localiza-se no mesmo município onde se realiza parte da exploração de zinco;

Considerando a impossibilidade de realizar a aplicação de recursos em propriedades de terceiros;

A proposta da Nexa Recursos Minerais prevê a aplicação do recurso na aquisição de área do Monumento Natural Estadual de Lapa Nova de Vazante e realização de medidas de implantação e manutenção.



6.0 - CONCLUSÃO

Levando em consideração os aspectos supracitados, cabe ressaltar que a região Noroeste de Minas possui três unidades de conservação de proteção integral: Parque Estadual de Paracatu, Parque Estadual de Sagarana e Monumento Natural Estadual Lapa Nova de Vazante sendo este o único sem áreas próprias do IEF. Para que se implemente o Plano de Manejo aprovado em 2018 se faz necessário o ajuste da propriedade para legitimar a gestão do uso público da unidade de conservação.

Após a análise dos vários aspectos da proposta apresentada pela Nexa Recursos Minerais S.A (antiga Votorantim Metais Zinco S.A) de Compensação Florestal Minerária **CONCLUIMOS PELO DEFERIMENTO** do projeto de aquisição parcial da Unidade de Conservação Monumento Natural Estadual de Lapa Nova de Vazante, ressaltando que havendo sobra de valores na aquisição o remanescente será empregado na estruturação da unidade de acordo com Plano de trabalho apresentado oportunamente.

7.0 - CONTROLE PROCESSUAL

Controle processual elaborado tendo em conta as previsões contidas na Lei Estadual nº 20.922 de 16/10/2013, Decreto Estadual nº 47.749 de 11/11/2019, e Portaria IEF nº 27 de 7/04/2017, para apreciação de proposta de compensação minerária.

Em primeiro plano a avaliação permeia a adequação da norma ambiental aplicável ao caso, o que exige a observância dos artigos 75 da Lei nº 20.922/2013 cominado com o artigo 71 do Decreto nº 47.749/2019: *Art. 71 – Para aplicação do disposto nos §1º e 2º do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, será considerada a data de formalização da primeira licença do empreendimento minerário.*

Entende-se por formalização, a apresentação, pelo empreendedor, do respectivo requerimento de licença prévia acompanhado de todos os documentos, projetos e estudos ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente, conforme o §1 do artigo 71 do Decreto nº 47.749/2019.

Prevê o artigo 75 da Lei nº 20.922/2013 o seguinte:

Art. 75 – O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.

§ 1º – A área utilizada como medida compensatória nos termos do caput não será inferior àquela que tiver vegetação nativa suprimida pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.

§ 2º – O empreendimento minerário em processo de regularização ambiental ou já regularizado que ainda não tenha cumprido, até a data de publicação desta Lei, a medida compensatória instituída pelo art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, continuará sujeito ao cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo citado.

§ 3º – Para os fins do disposto neste artigo, o empreendedor poderá se valer da participação de organizações sem fins lucrativos, de acordo com as normas e os procedimentos fixados pelo órgão ambiental. (Parágrafo acrescentado pelo art. 67 da Lei nº 22.796, de 28/12/2017.)

§ 4º – A compensação de que trata o § 2º será feita, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica e, preferencialmente, no município onde está instalado o empreendimento. (Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 23.558, de 13/1/2020.)

§ 5º – No caso previsto no § 4º, excepcionalmente, quando não existir unidade de conservação a ser regularizada na mesma bacia hidrográfica em que estiver localizado o empreendimento e nessa bacia hidrográfica não for considerada viável a criação de nova unidade de conservação, o empreendedor poderá adotar a medida compensatória em área situada no território do Estado que seja do mesmo bioma daquela em que estiver localizado o empreendimento. (Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 23.558, de 13/1/2020.)

Sendo assim, considerando-se que a primeira licença do empreendimento fora formalizada em 23/12/09, representada pelo processo administrativo nº 00104/1988/047/2009 de Licença Prévia com número 024/2010 deverá ser observada a regra contida no § 2º do art. 75 da Lei nº 20.922/2013.

O regime jurídico a ser observado no presente caso é o previsto no artigo 36 da Lei nº 14.309/2002 que encontra regulamentação no artigo 65 do Decreto nº 47.749/2019, o que passamos a avaliar pontualmente:

Art. 36 – O licenciamento de empreendimentos minerários causadores de significativos impactos ambientais, como **supressão de vegetação nativa**, deslocamento de populações, utilização de áreas de preservação permanente, cavidades subterrâneas e outros, fica condicionado à adoção, pelo empreendedor de estabelecimento de medida compensatória que inclua a criação, **implantação** ou **manutenção** de unidades de conservação de proteção integral.

Trata o presente processo de empreendimento minerário causador de significativo impacto ambiental, pela supressão de vegetação nativa. Vislumbra-se que a opção apresentada pelo empreendedor compreende as hipóteses de implantação e manutenção do Monumento Natural Estadual Lapa Nova de Vazante, atendendo ao requisito do artigo anterior.

Neste caminho considerando-se que houve a formalização de 04 pedidos de compensação referentes às minas de Morro Agudo, Vazante– Extremo Norte Ambrósia Norte e Ambrósia Sul, em homenagem aos princípios da celeridade, economia processual e eficiência a análise e aplicação da compensação se dará de forma conjunta.

§ 2º – A compensação de que trata este artigo será feita, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica e, preferencialmente, no município onde está instalado o empreendimento. (Vide § 2º do art.75 da Lei nº 20.922, de 16/10/2013.)

No caso em apreço a compensação proposta ocorrerá no MONUMENTO NATURAL ESTADUAL LAPA NOVA DE VAZANTE localizada na mesma bacia hidrográfica e no mesmo município dos Empreendimentos, e observando os incisos II do Artigo 65 do Decreto nº 47.749/2019:

Art. 65 – A compensação a que se refere o § 2º do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, implica na adoção, por parte do empreendedor, de medida compensatória florestal que vise à:

II – execução de medida compensatória que vise à implantação ou manutenção de Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme critérios a serem definidos em ato normativo específico do IEF;

A referida opção faz-se necessária ante a impossibilidade legal de utilização da opção prevista no inciso I do artigo 65 do Decreto nº 47.749/2019 uma vez que ocorreria afronta ao §1º do mesmo artigo, tendo em vista que a área passível de aquisição da UC é inferior à extensão da área efetivamente ocupada pelo empreendimento minerário em questão.

Dito isto, a execução da medida compensatória caso aprovada será realizada de acordo com Plano de trabalho que será elaborado posteriormente. Decreto nº 47.749/2019, artigo 65, § 5º – *Na hipótese prevista no inciso II, a medida compensatória deverá ser executada conforme Plano de Trabalho a ser estabelecido pelo órgão gestor da Unidade de Conservação.*

Ante ao exposto, considerando que a documentação exigida, bem como, a proposta apresentada atende aos requisitos técnicos e legais, entende-se que não há óbice para o acatamento da mesma.

Data: 28/01/2020.	
Paulo Sérgio Cardoso Vale Coordenador Regional de Unidade de Conservação Masp 1021300-7 Gisele Martins de Castro Coordenadora de Controle Processual e Autos de Infração Masp 1478081-1	Assinatura / Carimbo